boletim apubh
ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE BELO HORIZONTE

Boletim Informativo da Associação dos Professores Universitários de B.H. – Ano 1 – Nº 6 – Setembro/90

Editorial

Cresce a Mobilização

A semana que passou foi de intensa mobilização. O movimento cresceu. A definição da Assembléia Geral pelo indicativo de greve teve um efeito positivo de mobilização na UFMG. Reuniões aconteceram nas unidades e nos departamentos. A letargia cedeu lugar à ação. A perplexidade, à consciência. O desencanto, à esperança.

A mobilização foi a tônica do Movimento nacional. A reunião, dias 15 e 16 de setembro, do Setor das Federais da ANDES-SN foi a mais expressiva do ano. Quarenta associações de docentes fizeram-se representar em Brasília, ou enviaram informes. Os depoimentos dos delegados demonstraram o crescimento da participação nas assembléias. O indicativo de greve impôs-se como forma predominante, para dar continuidade à luta em prol de mais verbas, em defesa da Universidade e da recuperação de nossos salários.

A decisão pelo indicativo de greve foi um fato político novo para forçar a abertura das negociações com o Governo. O Secretário da Administração recebeu o Comando dos Servidores públicos em greve. O Ministro da Educação convocou o Presidente da ANDES-SN para uma audiência que, entretanto, ainda não abriu espaço à negociação.

Esse aceno gerou uma onda de boatos, segundo os quais a antecipação salarial seria iminente. O percentual variava conforme o otimismo ou a necessidade. Outros afirmavam que o aumento seria pago na folha de setembro. Mas o Governo afirma que só negocia os nossos salários no conjunto dos Servidores Públicos Federais.

Boato é boato. Nada há de concreto. A nova onda tem um efeito desmobilizador evidente, logo agora que o movimento começa a crescer... Tão perto das eleições, uma antecipação salarial, ou mesmo o boato, tem o objetivo claro de reforçar a vitória dos candidatos "colloridos", defensores do projeto neoliberal.

O senso crítico da Universidade não se deixa facilmente enganar. Mesmo porque já brincamos muitos carnavais... A APUBH e a ANDES-SN não podem competir com a mídia. Mas produzem a informação suficiente para orientar as nossas ações. Confira. Não compre gato por lebre.

O Movimento está crescendo. Muito há para ser feito. As formas alternativas de luta sãoo sinal de sua vitalidade de renovação. O nosso estudante precisa ser melhor informado do que está acontecendo: o aviltamento da Universidade e do salário do Professor é o prenúncio da baixa qualidade do profissional formado e da pouca garantia sobre sua futura remuneração. A não compreensão da luta dos professores terá efeitos sobre o aluno amanhã.

O indicativo de greve não pode ficar na intenção. A preparação da greve implica na intensificação do Movimento. A discussão da data será ponto de pauta das próxinas reuniões e assembléias gerais. O momento certo de desencadeá-la precisa ser amadurecido.

As eleições de 3 de outubro se aproximam. O próximo Congresso será Constituinte. Em 1993, a Constituição será revista. A Universidade continuará pública e gratuita? As verbas para a Universidade, a Ciência e a Tecnologia passam pelo Parlamento. O estatuto do Servidor Público, sua carreira e seu salário dependerão do Congresso. Trabalhe a vitória do candidato que você adotou: o professor é um formador de opinião. Potencialize o seu voto nesta arrancada final.

À vitória da Universidade e do Movimento!

Ações Jurídicas

Os advogados da ANDES-SN impetraram duas ações jurídicas junto ao Supremo Tribunal Federal, no último dia 13. A primeira é uma liminar que procura suspender os efeitos do artigo 5º da Medida Provisória nº 209, justamente aquele que reduz em um terço as férias dos docentes das Instituições Federais de Ensino Superior. A segunda ação trata, por sua vez, de argüição da constitucionalidade da mesma MP. Os juízes do STF devem se manifestar, em breve, sobre a matéria. Portanto, olho neles!

A propósito, a Ação Jurídica interposta pela APUBH em 1987, pelos "gatilhos" do Plano Bresser e pela reincorporação da Gratificação de Nível Superior está com sua tramitação em fase final de perícia e a audiência decisiva está prevista para logo. A Assessoria Jurídica da APUBH informa aos interessados que não tem condição de interferir no ritmo desse trâmite que é definido internamente pela Justiça Federal.

A Última Assembléia

A Assembléia de 19/09 reafirmou o indicativo de greve aprovado na Assembléia do dia 12/09. Contando com a presença do Vice-Presidente da ANDES-SN, prof. Paulo Rizzo, da UFSC, a mobilização dos professores da UFMG aumentou, com várias unidades apresentando informes de reuniões locais para debater o indicativo de greve. Mesmo assim, não foi tirada uma data para deflagrá-la. Esta decisão será amadurecida em novas reuniões locais na manhã de 25.09, aprovado como Dia de Paralisação Nacional pela abertura de negociações com o MEC. À tarde no ICEX será realizada a próxima Assembléia Geral dos Professores da UFMG, para uma possível deliberação sobre a data da deflagração da greve.

A Assembléia recebeu, ainda, a visita do candidato ao governo de Minas pela Frente Minas Popular, Virgílio Guimarães, que se prontificou a ceder o horário dedicado à propaganda política para divulgar a campanha dos professores da UFMG, em defesa de seus salários e da Universidade Pública. Na oportunidade reafirmou-se que toda solidariedade ao nosso movimento será bem vinda, independente de sua origem partidária.

Formas de Luta Alternativas

A Assembléia de 12/09 aprovou uma série de propostas de atividades que divulgarão a crise por que passa a Universidade, para que o opinião pública tome conhecimento do quadro que estamos vivendo. Essas atividades, que se encaixam dentro de uma perspectiva de criatividade, como formas alternativas de luta, estão ameaçadas de ficarem engavetadas, caso a criatividade não dê lugar à atividade. As reuniões da Comissão de Mobilização, que acontecem de 3ª a 6ª, das 17 às 20 horas, contam ainda com pequeno número de voluntários para implementá-las. Aliás, a sugestão que se faz é que se agreguem, às propostas, os respectivos projetos de viabilidade e exeqüibilidade.

Ao Pé do Ipê Vermelho

Foi realizado, dia 21/09, o Ato Público, ao Pé do Ipê Vermelho, em defesa da Educação e da Ciência. O ato comemorou os três anos da Campanha Primavera da Educação, lançada pela APUBH em setembro de 87. Homenageou, ainda, os deputados Célio de Castro, João Paulo Pires, Paulo Delgado e Octávio Elísio, constituintes federais "nota dez", segundo o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar.

Em uma cerimônia simples, a promoção da APUBH, Assufemg e DCE chamou atenção para o momento de crise por que passam as Universidades ameaçadas pela privatização e por outras medidas sistemáticas adotadas pelo Governo Federal que ferem sua autonomia e qualidade.

O ato, além dos homenageados, teve a participação de personalidades políticas e sindicais, da reitora Vanessa Guimarães e do ex-reitor Cid Veloso.

Aos Estudantes

Ao longo dos mais de 10 anos de campanhas de mobilização e luta em defesa da Universidade e da dignidade das condições de trabalho de seus profissionais, o Movimento Docente da UFMG assim como a APUBH sempre procurou ouvir os estudantes, suas propostas e preocupações. Nas assembléias gerais dos professores, os estudantes são sempre convidados a se manifestar, e as mesas têm como praxe assumir suas propostas que, de outra maneira, formalmente, não poderiam ser encaminhadas à discussão. A única exigência sempre colocada tem sido a de que o corpo discente se manifeste através do Diretório Central dos Estudantes, sua entidade representativa.

Assim sendo, causa estranheza a iniciativa de um pequeno grupo de estudantes, de reduzida representatividade, de tentar interferir nos movimentos dos funcionários e professores, questionando inclusive o direito de greve dos primeiros. Em seus Boletins, demonstram total desconhecimento da história dos movimentos, ao afirmar que estes estão em vias de repetir "esperiências fracassadas" – o que não corresponde à verdade dos fatos.

No movimento estudantil, auto-imbuídos de uma suposta "modernidade", desconsideram as instâncias democráticas de discussão e decisão –as assembléias gerais de estudantes e o DCE. Ao invés do fotalecimento da representação democrática, propõem-se saídas personalistas no melhor figurino "pós-moderno".

Finalmente, pretendem não estar "nem à direita nem à esquerda, mas à frente" (?). O Movimento Docente desconfia desta postura e teme que, ao fim e ao cabo, este pouco legítimo e pretensioso grupo, além de alimentar os inimigos da Universidade Pública, Gratuita e Democrática, não fique nem à esquerda, nem à direita, nem à frente, mas abaixo, à margem da História. Entretanto, ainda há tempo para que se retome a prática saudável do diálogo com vistas à defesa das bandeiras e princípios da comunidade universitária.

Não pretendemos polemizar com os estudantes. Nem procuramos uma guerra intestina. Gostaríamos de caminhar junto com eles na defesa e no fortalecimento da Universidade pública e gratuita, bandeira que reuniu várias gerações de professores e estudantes. O MD reafirma o dialogo e o entendimento nesta hora tão grave.

Fortalecer as Assembléias

A Assembléia Geral dos Professores da UFMG do dia 12/9 tomou conhecimento de uma curiosa forma encontrada por cerca de 60 professores da FAFICH para se manifestarem politicamente: um abaixo-assinado afirmando que são contra a greve. Segundo o relato, a lista ficou livremente exposta nos cafezinhos e livros de pontos dos Departamentos da Faculdade.

Sem contestar o direito à manifestação, o Movimento Docente estranha a forma, posto que as instâncias legítimas para deliberações de questões de fundo, como a deflagração ou não de uma greve, sempre têm sido as assembléias gerais convocadas pela APUBH. A entidade representa sindicalmente o corpo docente da UFMG, congrega mais de 2000 professores e tem sua Diretoria eleita pelo voto direto de seus associados com mandato de 2 anos.

À estranheza se torna ainda maior ao se constatar a total liberdade de expressão nas Assembléias. Os quase 300 professores presentes no auditório do ICEX no dia 19/9 e todos aqueles que, ao longo dos 12 anos de vida e de lutas da Associação, têm freqüentado as AGs são testemunhas de sua prática democrática.

Embora se insista aqui na inexistência de intuito de constrangimento à liberdade da manifestação de quem quer que seja, a pergunta é a seguinte: a quem serve o esvaziamento da Assembléia Geral como espaço maior de deliberação do Movimento Docente? Certamente, não à luta unificada da categoria por condições dignas, individuais e coletivas, de trabalho.

Antecipação Pode Ser Engodo

Nos últimos dias têm circulado insistentes boatos e balões de ensaio sobre uma possível antecipação salarial a ser concedida pelo Governo aos Servidores Públicos Federais. Os valores desta antecipação girariam em torno dos 35% segundo as mesmas fontes. Ainda que tal concessão venha a ocorrer, faz-se necessário de imediato uma advertência: ao acreditar na coerência do Governo no trato da questão salarial dos SPF, tudo indica que na data base da categoria, janeiro, o índice de reposição a ser oferecido deverá se basear no tal IRVF (Índice de Reajuste de Valores Fiscais), criado pela equipe da Ministra Zélia para orientar os reajustes previstos na MP 211 e, extremamente subestimado em relação a outros indicadores da inflação IPC/IBGE, ICV/DIEESE, IPC/FIPE, etc). Para se ter uma idéia, o IRVF acumulou até agosto, apenas 34,29%, contra 115,26%, 94,51% e 81,36% respectivamente dos indicadores citados no parêntesis acima. Isto significa que, se o raciocínio estiver correto e a inflação permanecer nos patamares atuais, em janeiro o IRVF terá acumulado algo acima dos 80%; considerando-se que a antecipação mencionada de 35% deverá ser descontada no acerto anual, sobrarão apenas cerca de 36% (!), que deverá ser proposta do governo para 1991.

Em outras palavras, uma possível antecipação salarial, nos valores percentuais divulgados, e mantida a atual postua governamental face aos reajustes salariais, tem toda a aparência de um engodo. É uma tentativa de desmobilizar o movimento dos SPF, daquelas categorias que já estão em greve e dos docentes das IFES, em plena luta pela reposição salarial.

Se, por outro lado, o Governo usar para base de cálculo de sua proposta de reajuste a média salarial dos 12 meses de 1990, descontada a reposição, e supondo com extremo otimismo que não haja mais inflação nos próximos meses, o resíduo a ser reposto em janeiro reduzir-se-á em mais 10 pontos percentuais. As hipóteses levantadas guardam coerência com a recente proposta feita pelo Governo ao FMI de reduzir, em 1991, a folha de pessoal do Serviço Público em 10%. Portanto, muita atenção, não podemos nos iludir!

RJU: Senado aprova Substitutivo

No dia 13.09, foi aprovado no Senado, por unanimidade, o Substitutivo ao PL 69/09, da Câmara dos Deputados. Os líderes de todos os partidos pronunciaram-se favoravelmente. Os representantes do governo manifestaram publicamente seu aval ao projeto. O veto não está afastado.

O Substitutivo do Senado, incorpora nos seus 34 artigos as questões de fundo da luta dos servidores públicos viabilizando dispositivos constitucionais. O "termo de posse" garante a bilateralidade das relações entre Estado e servidores. Foram assuntos o direito à livre associação sindical, o anuênio e a licença prêmio de três meses a cada cinco anos de trabalho.

O Substitutivo do Senado transforma todos os servidores celetistas em estatutários ao incorporá-los à Lei 1.711 de 1952. Com isto, fica garantida a aposentadoria integral no nível imediatamente superior ou com o acréscimo de 20%, se no topo da carreira. Manteve a incorporação dos quintos e das gratificações à aposentadoria na forma prevista por aquela Lei. A equiparação dos aposentados à ativa, em ganhos salariais e de carreira, foi outra conquista do movimento dos Servidores Públicos. A licença-prêmio conta em dobro para efeito da aposentadoria e poderá ser transformada em pecúnia, caso o servidor o deseje. Prescreve a irredutibilidade real dos Salários (art. 16).

O Substitutivo inova no campo das vantagens aos inativos, da pensão e das aposentadorias por invalidez. A devolução do FGTS é gradual e será paga no dia do aniversário do titular. Os servidores postos em disponibilidade não podem ser aposentados compulsoriamente.

A aprovação foi o coroamento de um longo trabalho do MD e das associações dos Servidores. A campanha dos telegramas dos professores da UFMG foi fundamental para sensibilizar os Senadores, dando ao Projeto regime de urgência na sua tramitação. Agora, o Substitutivo volta à Câmara, que poderá aprovar o projeto original ou Substitutivo do Senado, integralmente ou com emendas, indo posteriormente à sanção presidencial. A aprovação do projeto da Câmara terá maior probabilidade de veto.

Politicamente, as conquistas asseguradas, tanto num quanto noutro, não podem ser consideradas privilegio dos Servidores Públicos. A aposentadoria é um prêmio ao trabalhador (não um castigo).

Os avanços, por nós obtidos, abrem espaços de luta para os demais trabalhadores, para que os mesmos benefícios lhes sejam estendidos.

Estamos na reta final. Precisamos definir a melhor estratégia de encaminhamento para que o RJU seja aprovado na Câmara, nesta Legislatura. Discuta o mérito dos projetos, seus pontos positivos ou negativos. Emcaminhe suas sugestões. Pense formas de pressão e de mobilização para sensibilizar os deputados.

Não deixe a peteca cair.

O Calendário de Eventos da Campanha de Mobilização

21/9 - Ato Público ao Pé do Ipê Vermelho, às 9:30 h nas escadarias da Reitoria. Homenagem aos deputados federais mineiros "nota 10" na Constituinte.
- Audiência do Ministro da Educação com o presidente da ANDES-SN, em Brasília.

24/9 - Reunião do Grupo de Trabalho da ANDES-SN sobre Regime Jurídico Único, a partir das 9 h, na sede da ANDES-SN, em Brasília.

25/9 - Dia Nacional de Paralisação, pela abertura de negociações com o MEC.
- Reuniões por unidades na UFMG, pela manhã.
- Assembléia Geral dos professores, às 14:30 h, no auditório do ICEX.

26/9 e 27/9 - Reunião do Setor das Federais da ANDES-SN, em Brasília. Reunião do GT de Verbas da ANDES, também em Brasília.

27/9 - Debate com os candidatos mineiros ao Senado Federal, às 10 h no auditório da Reitoria.

boletim apubh Publicação quinzenal da Associação dos Professores Universitários de Belo Horizonte. Distribuição gratuita. Tiragem 2.500 exemplares. **Correspondência:** Rua Carangola, 288, salas 4 e 5, Santo Antônio - CEP 30350 - Belo Horizonte, Minas Gerais. **Diretor Responsável:** José Henriques Maia Filho. **Edição:** Eliane Facion Reg. Prof. nº 2199 - MG. **Estagiário:** Marcus Vinícius da Silva. **Apoio:** Fernanda Veloso Torres e Mary Oliveira de Assis. **Diagramação, Composição a Laser, Artefinalização e Fotolito:** Memória Editoração Eletrônica Ltda - 484-2349.

Diretoria da Apubh - Gestão 89/91
Elias Antônio Jorge (Presidente); José Henriques Maia Filho (1º Vice); Domingos A. Giroletti (2º Vice); Laura Stella Míccoli (1ª Secretária); Herzília M. de Lima Bastos (2ª Secretária); José Maurício Machado da Silva (1º Tesoureiro); José Antônio Armanelli (2º Tesoureiro); Paulo Augusto Moreira Camargos (1º Suplente); Pompea Peret de Brito da Rocha (2ª Suplente).